

HORIZONTES HISTÓRICOS

AS MARCHAS DA FAMÍLIA EM SERGIPE (1964): CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DE CUMPLICIDADE ENTRE A IGREJA CATÓLICA E O ESTADO AUTORITÁRIO

Raphael Vladmir Costa Reis¹

RESUMO:

No Brasil, em 1964, durante os meses que precederam o golpe civil-militar, a atmosfera ideologicamente dicotômica apresentou fortes ressonâncias em diversos estratos do meio social nacional, que se empenhou em reproduzir discursos polarizadores entoados na arena política e os transferiu para dimensões cotidianas, como religião e cultura, por exemplo. Nesse contexto, com o surpreendente grau de adesão as denominadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, manifestação civil-eclesiástica idealizada em São Paulo enquanto força reativa ao Comício da Central, tal mobilização irrompeu pelos grandes centros urbanos e alcançou o Estado de Sergipe entre março e abril de 1964. Tendo em vista a ausência de crivo analítico desses eventos, o presente artigo consiste em investigar a participação da Igreja Católica na planificação das Marchas em Sergipe e suas principais características, analisar as relações desta instituição com o regime autoritário, bem como identificar os percursos e participantes destas manifestações cívico-eclesiásticas.

Palavras-chave: Igreja Católica, Marchas da Família, Sergipe

ABSTRACT

In Brazil, in 1964, during the months preceding the civil-military coup, the ideologically dichotomous atmosphere presented strong resonances in various strata of the national social environment, which endeavored to reproduce polarizing discourses sung in the political arena and transferred them to everyday dimensions, such as religion and culture. In this context, with the surprising degree of adherence, the so-called "Marches of the Family with God for Freedom", a civil-ecclesiastical manifestation idealized in São Paulo as a reactive force to the Central Rally, such mobilization burst through the great urban centers and reached the State of Sergipe between March and April 1964. In view of the absence of an analytical sieve of these events, the present article consists of investigating the participation of the Catholic Church in the planning of the Marches in Sergipe and its main characteristics, analyzing the relations of this institution with the authoritarian regime, as well as to identify the paths and participants of these civic-ecclesiastical manifestations.

Keywords: Catholic Church, March of the Family; Sergipe

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/UFAL). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

INTRODUÇÃO

Durante a década de 60, período marcado pela profunda polarização de matizes ideológicos, a sociedade brasileira esteve imersa num cenário de conspirações, crises e silenciamentos. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, manifestação cívico-eclesiástica idealizada por setores conservadores da sociedade paulista e, sobretudo, elementos da ala conservadora da Igreja Católica em março de 1964, caracterizou-se como um instrumento de reação ao Comício da Central, no qual o presidente João Goulart reiterou seu intento em implantar as reformas de base.

Após cooptar um significativo número de simpatizantes empenhados em destituir Goulart, sob a infundada alegação de que este estivesse articulando a instauração dum regime aos moldes do modelo cubano, as Marchas irromperam pelos grandes centros urbanos e alcançaram Sergipe, recorte espacial-analítico da pesquisa, em abril de 1964. Tendo em vista a ausência de crivo analítico acerca desses eventos, o presente artigo consiste em investigar a participação da Igreja Católica na construção das Marchas em Sergipe, identificando as relações desta instituição com o regime autoritário, bem como apontar os percursos e participantes de tais manifestações cívico-eclesiásticas.

Para tanto, o aporte teórico-metodológico empenhado em conduzir tal investigação perpassou, entre outras contribuições, pela análise de alguns manuscritos como *A História Cultural: entre práticas e representações*, do qual extrair-se-á o conceito de representação, no sentido de analisar a estrutura funcional da Igreja para construir a representação do “anticomunismo”; *O que é História Cultural?*, do inglês Peter Burke, contribuição que se enveredou por uma contumaz análise sobre a trajetória da História Cultural; *As Marchas da Família Com Deus pela Liberdade e o golpe de 64*, de Aline Alves Presot, produção responsável por analisar e mapear a realização destas mobilizações em quatro regiões do país; e *A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)*, de Ibarê Dantas, um clássico da historiografia sergipana no qual o autor se propôs a depreender as ressonâncias do golpe civil-militar no estado.

O artigo encontra-se dividido em três seções. A primeira, portanto, propõe-se a narrar os impactos causados pelo golpe civil-militar no estado Sergipe, com ênfase em Aracaju, evidenciando eventos que remetem desde a deposição do Governador Seixas Dória, perpassando pela posse de seu sucessor, até as primeiras ações repressivas do regime autoritário. A segunda, por sua vez, incorrerá por análises voltadas para o movimento de ruptura da Igreja, o conseqüente surgimento da “esquerda católica”, assim como a reação da

ala conservadora ao testemunhar tamanha inflexão da instituição, enfatizando as reminiscências desse processo na estrutura ideológica da Igreja sergipana. Já a última, por sua vez, orientada pelo viés conceitual de Burke (2004), Chartier (1988), entre outros, narrará a realização das Marchas nacionais e locais, demonstrando a colaboração da instituição religiosa em pauta para a construção dessa manifestação que conferiu legitimidade ao golpe civil-militar, destacando, posteriormente, suas relações de cumplicidade com o regime autoritário.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE AS RESSONÂNCIAS DO GOLPE CIVIL-MILITAR EM SERGIPE

No dia 31 de março de 1964, período no qual a ordem autoritária estava em processo de implementação, informações imprecisas irromperam pelos canais midiáticos centrais e marginais da capital sergipana, constituindo um *status quo* de profundas indefinições. Não obstante, os simpatizantes do movimento “Pró-Jango”, em linhas gerais, empenhavam irrelevantes esforços para resistir a uma medida intervencionista; os coniventes do movimento que, mais tarde, seria compreendido pela historiografia como golpe civil-militar, impulsionados pela propaganda anticomunista irrompida naquela conjuntura, por sua vez, encontravam-se em polvorosa pela iminente intervenção militar.

Em 01 de abril, dezenas de estabelecimentos comerciais permaneceram desativados, levando os civis até a Praça Fausto Cardoso, epicentro das agitações políticas do estado. Diante de uma maciça movimentação popular, o Deputado Federal Euvaldo Diniz, legislador udenista que votou favoravelmente a implementação do parlamentarismo, assegurando, desse modo, a posse de João Goulart em 1961, externou sua indignação às manobras golpistas praticadas contra o regime populista, mas, imediatamente, foi detido e permaneceu sob custódia do 28º Batalhão de Caçadores.

Ao retornar do Rio de Janeiro, o Governador João Seixas Dória, um dos contumazes oradores do “Comício pelas Reformas”, pronunciou-se ao povo sergipano como parte integrante de uma contraofensiva no sentido de reiterar seu pleno e incondicional apoio às Reformas de Base, cujo intento estava voltado para a completa reformulação dos setores fiscal, educacional, político e agrário. A postura de Dória, entretanto, mobilizou os militares circunscrevendo em Aracaju que, sob ordens expressas, deslocaram-se até a sede do governo estadual e detiveram o governador. O jornal intitulado *A Semana*, cuja circulação limitava-se ao município de Simão Dias, noticiou a prisão de Dória.

Na noite de quarta-feira da semana passada, forças do 28º B/C, em Aracaju, efetuaram a prisão de Seixas, investindo no governo o vice Celso Carvalho. O Sr. Seixas Dória foi conduzido para Salvador, onde permanece preso e incomunicável no quartel do 19º B/C².

A intermitente destituição do dirigente foi decretada, conforme o comunicado analisado por Ibarê Dantas, porque Dória conjurou o desenvolvimento de práticas como “instrumento de forças extremistas atentando contra a segurança e tranquilidade do país e do Estado”³.

Desse modo, o vice-governador Celso Carvalho assumira o cargo de chefe do poder Executivo por intermédio da Resolução nº 4, documento que assegurava sua posse sob a coercitiva supervisão do novo modelo político que se esboçava com o movimento golpista. Nesse ínterim, em 02 de abril de 1964, foram registradas várias detenções de opositores ao golpe civil-militar, a quem os militares atribuíram à pecha de “subversivos”. Entre os principais alvos das operações, que coordenavam suas ações desprovidas de ordens judiciais, estavam estudantes, professores, lideranças sindicais, operários, jornalistas e trabalhadores rurais.

Enquanto organizações e grupos políticos de oposição orientados por uma conotação reformista eram repressivamente silenciados, as representações sindicais tornaram-se alvos de inquéritos, a imprensa, não obstante a preservação de alguns veículos, foi mantida sob controle da censura prévia e a Igreja Católica dividida em duas facções.

O SURGIMENTO DA “ESQUERDA CATÓLICA” E A POLARIZAÇÃO DA IGREJA

Entre os meses de março e abril de 1964, sob o influxo de uma conjuntura autoritária que se instaurava progressivamente no país, a ala conservadora da Igreja Católica, impulsionada pela propagação do então nomeado “perigo comunista”, iniciou uma campanha anti-janguista, utilizando programas radiofônicos e periódicos que circulavam diariamente nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com Aline Alves Presot (2004, p. 39), a atuação do setor conservador da instituição religiosa em momentos de efervescência na política brasileira não representava, de fato, uma dimensão singular, haja vista vez que tal contenda já demonstrou historicamente, conforme assinala a autora, sinuosas aproximações com as elites.

² *A Semana*. 11/04/1964, p. 02.

³ DANTAS, Ibarê. *A tutela militar em Sergipe (1964-1984)*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014. pp. 30

Com base em uma premissa na qual Aline Coutrot (1996, p. 34) depreende que a Igreja, enquanto entidade milenar, sempre esteve empenhada em institucionalizar a moral individual e coletiva sob a alegação de transformar a submissão dos fiéis num dever, torna-se inteligível que estes cânones foram deliberadamente conjurados para justificar e legitimar a ação política praticada pelos eclesiásticos conservadores em 1964. No entretanto que corresponde o fim dos anos 1950 e princípios de 1960, contudo, uma fração da estrutura clerical se inflexionou para tendências de orientação reformista, polarizando a configuração política da instituição e constituindo, desse modo, a chamada “esquerda católica”.

Este momento de ruptura, que se processou graças às contribuições do Papa João Paulo XXIII em 1962, evidenciando uma importante repaginação da Igreja, apresentou fortes ressonâncias no Brasil e impulsionou a criação de movimentos como o Movimento de Educação de Base (MEB), Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Ação Popular (AP), que promoveram uma aproximação entre Igreja e laicato. De acordo com Dênis de Moraes (1989, p. 39), a mais emblemática medida para corporificar o envolvimento da Igreja com movimentos sócio-políticos foi o Concílio do Vaticano II, no qual, dentre outras deliberações, seus participantes decretaram a emancipação da instituição religiosa em relação aos poderes instituídos (idem, 1989). Paulo César Gomes (2014, p. 37) acrescenta, ainda, que algumas importantes reformas também propiciaram a “institucionalização” de ações inflexionadas ao progressismo, como as encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), cuja autoria foi atribuída, também, ao Papa XXIII.

Entretanto, ao analisar a receptividade da base clerical conservadora do país no que diz respeito às novas medidas, é possível constatar uma contumaz preocupação do grupo que, conforme análise de Presot (2004 *Apud* Motta, 2002, p. 145), considerou o crescimento do reformismo como parte de um “plano soviético” para desestabilizar as bases do catolicismo. Para a autora, a construção representativa do comunismo sob a ótica dos conservadores estava pautada, ainda, em admoestações associadas “ao fim da família, a permissividade sexual e moral, a desagregação de todos os valores cristãos e ocidentais e, com isso, o fim da própria instituição católica”⁴. Tamanha postura demonstrava, desde já, o esboço da relação colaboracionista entre a instituição - ou parte dela - com o regime autoritário.

Em Sergipe, a configuração de matizes ideológicos opostos que permeavam o país se refletia, também, nos alicerces do catolicismo praticado neste pequeno estado. Não obstante, um grupo hierárquico estava ligado ao bispo D. Luciano Cabral Duarte, simpatizante e

⁴ PRESOT, Aline Alves. Op. cit. p. 41.

cúmplice do regime autoritário que estava em vias de consolidação⁵; o outro agrupamento, por sua vez, manteve-se instruído sob a égide do bispo D. José Vicente Távora, eclesiástico progressista e contumaz intermediador da aproximação dos leigos com a Igreja. De acordo com Joana Morato (2014, p. 05), este arcebispo, idealizador de alguns projetos sociais, canalizou suas atenções para o campesinato local, expandiu o número de paróquias e implantou em cada uma delas a política de Ação Católica para promover o desenvolvimento das comunidades.

No entanto, ao compreender o emergente regime autoritário como uma manobra arbitrária e intransigente, D. Távora recebeu ameaças de prisão, isolando-se no Palácio Episcopal enquanto ação preventiva para evitar “depoimentos irritantes”, conforme atesta Dantas (2014, p. 40). Segundo o autor, ainda, o arcebispo “escapou de maiores hostilidades por interferência do general Juarez Távora, seu parente”⁶.

Se, por um lado, a ala progressista da Igreja estava empenhada na construção de uma rede voltada para o desenvolvimento de ações sociais, seja em âmbito internacional, nacional ou estadual, os integrantes da diretriz conservadora organizavam, dentre tantas outras medidas combativas a João Goulart, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, demonstrando explicitamente a relação de colaboracionismo entre os perpetradores do golpe civil-militar e parte da Igreja Católica.

No dia 19/03/1964, decorridos seis dias após o “maior comício da história política país”⁷, de acordo com a manchete exposta pelo até então situacionista *Gazeta de Sergipe*, em clara alusão ao comício pró-Jango, autoridades eclesiásticas, colaboracionistas civis, dirigentes políticos e empresários articularam uma contramanifestação denominada Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, na qual instrumentalizaram sua aversão ao governo populista em curso, sob a leviana alegação de obstruir a instauração de um “*establishment* comunista”, dadas as “tendências socializantes” que se esboçavam naquela conjuntura. Não obstante o surpreendente grau de aderentes, tal manifestação se proliferou pelos grandes centros urbanos e, de modo gradativo, irrompeu pelas demais regiões do país, alcançando Sergipe a partir de abril de 1964.

⁵ Dantas (2014, p. 37) ainda salienta que, além de Duarte, a coalizão incluía D. José Brandão de Castro, bispo de Propriá, cidade que abrigava uma das principais Dioceses de Sergipe. Anos depois, o Bispo se converteria em um obstinado defensor dos direitos de trabalhadores rurais e índios.

⁶ DANTAS, Ibarê. Op. cit. p. 40.

⁷ *Gazeta de Sergipe*. 14 de março de 1964, p. 01.

ENTRE SACRÁRIOS E QUEPES: AS MARCHAS DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE EM SERGIPE E A RELAÇÃO DE CUMPLICIDADE COM O REGIME AUTORITÁRIO

Para Peter Burke (2004, p. 45), a redescoberta da História Cultural e seu ingresso no âmbito acadêmico, em princípios da década de 70, constatou uma redefinição nas discussões teóricas correspondentes aos estudos históricos. Não obstante, a partir daquele momento, os esforços de investigação, que antes eram articulados sob a rubrica de análises econômicas e políticas, aproximaram-se de contribuições voltadas para a cultura econômica e política, consolidando a ascensão deste reformulado método historiográfico de abordagem, embora Francisco Falcon (2002, p. 17) refute tal adjetivação.

Ao aplicar o cruzamento de informações sobre a estrutura funcional das Marchas transcorridas regiões sudeste e nordeste, agora com base no conceito de “representação” formulado por Roger Chartier, segundo o qual “as representações são determinadas pelo interesse do grupo que as forjam”⁸, julgou-se apropriado constatar que as características das manifestações, geralmente, variavam conforme a cultura política de cada geografia, recriando novos significados e denotando o que Chartier caracterizou como “lutas de representação”. Tais confrontos simbólicos, conforme assinala o autor, impulsionam o surgimento de novas “apropriações”, parte integrante essencial das representações, que são conduzidas a seguir determinados imperativos e resistências políticas pertencentes a um meio dominante (idem, 1988).

De acordo com Presot (2004, p. 76), em municípios do interior mineiro, cujas autoridades mais influentes eram grandes latifundiários, a estrutura clerical da Igreja se antecipou em construir uma representação do anticomunismo associada à supressão da propriedade privada, uma vez que as atividades agropecuárias exerciam o monopólio econômico daquela região, motivando os moradores locais a participarem da mobilização. Já em cidades do interior paulista, como em Itu, por exemplo, a Marcha foi agregada às celebrações relativas ao aniversário da Convenção Republicana, no dia 18/04/1964.

Tal efeméride representava a fundação de um dos primeiros partidos republicanos de natureza regional, evidenciando que a imbricação entre os dois eventos – tanto as Marchas quanto o aniversário da agremiação - prescreveria o ressurgimento de premissas associadas às liberdades democráticas e a capitulação de um modelo institucional, isto é, o Populismo,

⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988. pp. 17.

considerado ineficiente para o pleno desenvolvimento do país, conforme a construção imagética que se esboçava naquele período.

A análise em perspectiva comparada sobre as Marchas realizadas nestes estados distintos, portanto, encontra-se articulada com as reflexões presentes em Chartier, nas quais o autor, em linhas gerais, argumenta sobre as dinâmicas da “apropriação”. Ou seja, na maioria das regiões cujas Marchas transcorreram, a rigor, houve um esforço para inserir elementos de suas respectivas culturas políticas a fim de criar laços identitários com os discursos entoados, constituindo, então, um imaginário singular e reprodutor de sentidos por intermédio das chamadas “lutas de representação”. Este breve exercício esclareceu, também, a natureza multifacetada d’algumas manifestações, não obstante a utilização de lemas universais como Deus, pátria e família.

Partindo destes pressupostos, ao empenhar-me na investigação das Marchas transcorridas em Sergipe, foi possível constatar que a manifestação transcorreu em seis municípios do estado. Dentre as localidades identificadas, a única lacuna, por ora, remete a cidade de Propriá. Ao contrário de outros manuscritos publicados por este autor que vos escreve, o periódico *A Defesa*, órgão vinculado a Diocese deste município, não veiculou nenhuma informação alusiva a promoção daquela manifestação.

Na verdade, os editores do impresso mensal publicaram uma nota, veiculada em 29/03/1964, na qual se incentivou a execução das Marchas promovidas na região sudeste, evidenciando o forte alinhamento da Diocese propriaense com o regime autoritário e a propaganda anticomunista, tão alardeada pelo clero dos grandes centros urbanos. Contudo, apesar da reinterpretação das fontes apontar novos direcionamentos, a possibilidade de identificar a eventual realização dessa manifestação cívico-religiosa no município não está descartada, uma vez que a Diocese de Propriá, para além de supervisionar um impresso que atuava como plataforma midiática das Forças Armadas, permanecia sob a batuta do Bispo D. José Brandão de Castro, colaboracionista do regime autoritário, a quem dediquei uma nota explicativa na seção anterior.

Ademais, seguindo a ordem cronológica dos eventos, identificamos que o periódico *Gazeta de Sergipe*, um dos poucos veículos de imprensa que permanecera operante em Aracaju sob a condição de submeter-se a censura prévia⁹, noticiava informações sobre a primeira Marcha transcorrida no estado, afirmando que autoridades religiosas, civis, políticas

⁹ Para mais informações sobre a atuação do jornal *Gazeta de Sergipe* durante a ditadura militar, ver REIS, Carla Darlem Silva dos. *Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade: censura, imprensa e disputas políticas (1964-1970)*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

e eclesiásticas conduziram a realização da Marcha em Aracaju no dia 14/04/1964¹⁰. Na oportunidade, os populares reuniram-se em frente à Assembléia Legislativa e seguiram, ainda conforme a reportagem, para a rua Pacatuba, Avenida Barão de Maruim e rua Santa Luzia, aglutinando-se no Parque Teófilo Dantas. Foi celebrada, por conseguinte, uma missa em Ação de Graças para comemorar a “vitória das Forças Armadas”.

A segunda Marcha da Família na capital ocorreu a 26/04/1964. Segundo as informações do próprio periódico, todas as instituições aracajuanas de ensino participaram da manifestação, além das delegações de alguns municípios do interior, cujos nomes não foram mencionados. Após o desfile, uma missa foi realizada na Praça Olímpio Campos, nas imediações da catedral, onde um expressivo número de acompanhantes rezou pela “libertação do Brasil”¹¹.

Após a ampla adesão do ato cívico-eclesiástico ao golpe civil-militar na capital, a Marcha chegou aos municípios de Barra dos Coqueiros e Laranjeiras. Na tarde do dia 03/05/1964, populares da Ilha de Santa Luzia (Barra dos Coqueiros) prepararam uma homenagem especial às Forças Armadas durante a realização da Marcha, que estava programada para ser realizada por volta das dezesseis horas do cidadão dia. Em Laranjeiras, conforme atesta o conteúdo informacional do jornal *Gazeta de Sergipe*, a manifestação iniciaria às dezenove horas do corrente, contando com a participação de diversos religiosos, civis e autoridades políticas, inclusive do governador recém-nomeado¹².

Em Simão Dias, um dos municípios mais engajados com a política em todo o estado, a Marcha da Família ocorreu excepcionalmente no dia 10/05/1964. Na oportunidade, de acordo com as informações do jornal local *A Semana*, a manifestação contaria, assim como em outras localidades, com a participação de personalidades municipais, do governador Celso Carvalho, autoridades religiosas e civis.

Partindo do Ginásio Carvalho Neto, instituição escolar na qual todos os participantes se concentraram e ouviram os pronunciamentos dos oradores, a Marcha incursou durante, aproximadamente, dois quilômetros até chegar a Praça Barão de Santa Rosa, onde estava localizada a Igreja Matriz. Lá, os partícipes da manifestação assistiram à celebração de uma missa e ouviram os discursos dos eclesiásticos que repudiavam às ações de Jango, acusando-o de “comunista” e defendendo sua deposição.¹³ Já na recém-emancipada Aquidabã, município

¹⁰ *Gazeta de Sergipe*. 14/04/1964, p. 01.

¹¹ *Gazeta de Sergipe*. 28/04/1964, p. 01.

¹² *Gazeta de Sergipe*. 03/05/1964, p. 01.

¹³ *A Semana*, 16/05/1964, p. 01.

localizado a 120 quilômetros de Aracaju, a Marcha ocorreu dia 17/05/1964. As informações disponíveis, no entanto, aludem somente à participação do governador Celso Carvalho.

Com base nestas premissas, portanto, é relevante constatar o alto grau de envolvimento do catolicismo conservador com o regime autoritário por intermédio das marchas. Prova disto, por exemplo, foi à contribuição do clero neste processo, que prontificou-se a planificar, organizar e efetivar presença no evento, conforme aponta a matéria do *Gazeta de Sergipe*, segundo a qual “grande massa de católicos atendeu, ontem, a convocação de setores religiosos e realizaram uma significativa passeata pelas ruas da capital, integrando a chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade”¹⁴.

Para além do apontamento no parágrafo anterior, deve-se levar em consideração, ainda, a estratégia utilizada pela Diocese de Propriá, que, conforme mencionado nesta seção, utilizava um periódico sob sua minuciosa supervisão enquanto “porta-voz” do regime autoritário, concitando os fiéis a participarem ativamente das mobilizações anti-janguistas. Foi através de intervenções como esta, portanto, que se caracterizou a contribuição da Igreja sergipana para a construção do clímax responsável pela desestabilização do governo, que culminou com a ascensão das Forças Armadas ao poder.

Conforme pontuado nesta seção, as características das Marchas realizadas no país se configuram de acordo com a cultura política de cada região. No entanto, duas Marchas sergipanas, realizadas em Aracaju e Simão Dias, apresentaram certas verossimilhanças com suas precursoras do eixo Rio-São Paulo, guardando, por razões óbvias, consideráveis proporções.

Entre alguns elementos, em grande medida, destacam-se o perfil do público participante, as motivações e os seus percursos. Dentre todos os aspectos mencionados, portanto, as circunscrições das marchas trazem novas luzes sobre essas linhas de convergência, pois foram delimitadas entre a própria Igreja Matriz e algum órgão oficial do Estado ou edifício histórico - como a antiga Assembleia Legislativa de Aracaju, por exemplo. Esta demarcação evidencia, para além da flagrante relação de cumplicidade entre Igreja e regime autoritário emergente, a grande contribuição do grupo conservador da instituição para conferir legitimidade ao golpe civil-militar.

¹⁴ *Gazeta de Sergipe*. 15 de abril de 1964, p. 01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio das contribuições de autores que se debruçam sobre o papel desempenhado pela Igreja Católica no âmbito político-social, a princípio, este artigo retratou a cisão empregada na estrutura ideológica da milenar entidade, tendo em vista o surgimento de novas tendências através das quais emergiu a “esquerda católica”, evidenciando a força reativa da ala conservadora, que, entre algumas contumazes críticas, compreendeu tamanha reorientação como mais uma investida da União Soviética, a qual, segundo eles, se infiltrou na Igreja com intuito de dividir e desestabilizar a instituição. Esta ofensiva, de acordo com o grupo, seria responsável pela “destruição da família” e “desarticulação dos valores morais e cristãos”, ocasionando o fim da própria entidade.

Entretanto, foi possível constatar no decorrer do manuscrito que a nova diretriz empenhada em assegurar a emancipação da instituição religiosa frente aos poderes instituídos, ao que tudo indica, acarretaria no afastamento da contenda conservadora em relação às elites, caracterizando, desse modo, uma ruptura nas intensas relações de cumplicidade entre os grupos. Em um segundo momento, ainda inserido nas discussões da primeira seção, construí uma narrativa na qual abordei a divisão político-ideológica da Igreja Católica sergipana, destacando a atuação de duas emblemáticas figuras da instituição: D. José Vicente Távora e D. Luciano José Cabral Duarte, representantes das alas progressista e conservadora, respectivamente.

Com a polarizada configuração ideológica no catolicismo estadual, em linhas gerais, constatou-se que D. Vicente Távora isolou-se nas instalações do Palácio Episcopal, em uma desesperada tentativa para evitar maiores constrangimentos, pois interpretou o novo regime como um retrocesso. Não obstante, recebeu ameaças de prisão e atestou, na prática, a intransigência de uma estrutura burocrático-militar impessoal que reprimia seus opositores sistematicamente. Enquanto Távora sucumbia às ações persecutórias do regime autoritário, D. Cabral Duarte, cooperador da nova ordem que se instituíra através de um golpe, inaugurava as relações de cumplicidade com o Estado autoritário.

Por fim, sob a luz do conceito de representação, propus-me a analisar os eventos correspondentes as Marchas da Família com Deus pela Liberdade em Sergipe, enfatizando os municípios nas quais transcorreram, a contribuição da Igreja para a construção destas manifestações, suas verossimilhanças com as mobilizações das demais regiões do país, seus participantes e circunscrições. Este último elemento, inclusive, foi fundamental para conjecturar que a demarcação empreendida no percurso representou o ímpeto da Igreja para legitimar a consolidação do regime militar. No entanto, uma década depois, conforme as

ações repressivas se acentuavam, tal aliança se desarticulou e a gradativa dissensão com as Forças Armadas contribuiu, ainda, para o processo de redemocratização do país.

FONTES

A Defesa. Propriá-SE, 1964-1966. Fonte documental do Arquivo Público do Estado de Sergipe

A Semana. Simão Dias-SE, 1964. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Gazeta de Sergipe. Aracaju-SE, 1964. Arquivo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COUTROT, A. Religião e política. In RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. *Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos*. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 17, p. 137-151, 2009.

MENDES DE ALMEIDA, Cândido A. *Sistema Político e Modelos de Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Ano I, n.º 1, 1966.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o "13 de Março" das direitas*. *Varia hist.* [online]. 2005, vol.21, n.33, pp. 234-249.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação defendida no Mestrado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

REIS, Carla Darlem Silva dos. *Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade: censura, imprensa e disputas políticas (1964-1970)*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: EDUEL, 2001.